

**INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL
DE ALGUNS JULGADOS NO TRIBUNAL FEDERAL DE
RECURSOS E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA COMO
MINISTRO RELATOR.**

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|------------------|----------------|
| <p>Aborto - Consentimento e provocação - Não se confundem as figuras do aborto consentido e a do aborto provocado com o consentimento da gestante - A absolvição desta deixa de constituir motivo por si, para absolver os agentes provocadores - Irrelevante, nesse particular, a decisão do Tribunal do Júri, se os recorrentes também foram condenados por formação de quadrilha ou bando (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 3.320-SP | 06/04/94 |
| <p>Ação Penal - Advogado - Inviolabilidade e imunidade - Trancamento - A inviolabilidade do advogado, por seus atos e manifestações no exercício da profissão, sujeita-se aos limites legais - Portanto não se trata de imunidade judicial absoluta - É intuitivo que a nobre classe dos advogados não há de querer estabelecer privilégios, se tanto luta para extingui-los - A imunidade, nesse caso, deve ser compreendida igualmente àquela conferida ao cidadão comum - As expressões consideradas ofensivas à honra do magistrado irrogadas pelos advogados, em representação dirigida ao Tribunal Regional Federal, impedem se defira o trancamento da ação penal (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 4.539-RO | 02/08/95 |
| <p>Ação Penal - Anulação - <i>Habeas Corpus</i> - O paciente está condenado com sentença transitada em julgado, de cuja revisão desistiu, sem apresentar prova qualquer que contamine o processo de nulidade absoluta - A doença que o tornaria inimputável, segundo o documento apresentado, sobreveio anos depois da prática do delito (Indeferimento) (T5) (STJ)</p> | HC 442-SP | 05/09/90 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|--------------------------|-----------------|
| <p>Ação Penal - Estupro e atentado violento ao pudor - Condição de procedibilidade - A Lei 8.072/90 não alterou o Código Penal quanto à procedibilidade da ação nos casos de estupro e de atentado violento ao pudor - A ação é pública quando ocorre violência real ou o crime é praticado com abuso do pátrio poder, o que não se verificou no caso dos autos - Todavia assume a figura de pública condicionada, se a vítima ou os pais teriam a própria subsistência afetada, caso se responsabilizassem financeiramente pelas despesas do processo - A representação pode ser feita sem formalidades maiores e a pobreza resulta da própria condição social da família da vítima (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 4.024-RJ</p> | <p>19/10/94</p> |
| <p>Ação Penal - Extinção de punibilidade pelo pagamento de tributos - O pagamento pode ser feito, desde que ainda não tenha sido iniciada a ação penal - A contrario sensu, iniciada a ação penal, já não terá oportunidade de pagamento, havendo-se operado preclusão - Depósito feito após o início da ação penal - Sentença de extinção de punibilidade que se reforma (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p>RVCR 818-SP</p> | <p>02/02/83</p> |
| <p>Ação Possessória - Discussão envolvendo o domínio de imóvel - IAPAS - Nulidade do registro público - Se a discussão envolve necessariamente o domínio do imóvel, não cabe a ação possessória - Caso em que, além disso, a posse dos réus se ampara em título dominial legalmente registrado (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 66.381-DF</p> | <p>10/02/84</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|-------------------|----------------|
| <p>Acidente do Trabalho - Cálculo do benefício para o trabalhador avulso - A decisão determinando que o benefício seja calculado com base no salário de contribuição do dia do afastamento não contraria o disposto no par. 4º do art. 5º da Lei 6.367/76 - Portanto vai ao encontro do pensamento do legislador, que é de conceder ao operário, vítima de um acidente, um benefício que guarde compatibilidade com a quantia da contribuição (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | RESP 37.016-SP | 20/10/93 |
| <p>Acidente do Trabalho - Extinção do processo - É indispensável a intimação pessoal, se é a parte que deve ser submetida à perícia, não valendo a que foi realizada pelo Diário Oficial na pessoa do advogado - O Juiz não pode, de ofício, extinguir o processo nas hipóteses previstas no Código de Processo Civil sem que a parte seja intimada pessoalmente (Provimento) (T5) (STJ)</p> | RESP 40.210-RJ | 21/02/94 |
| <p>Acumulação de Cargos - Proibição - Desfazimento devido processo legal - A nova Constituição limpa a ordem jurídica de todas as situações com ela incompatíveis, não se lhe opondo a idéia de direito adquirido - Mas o desfazimento dessas situações há de se processar de acordo com as leis que a própria Constituição manteve ou recebeu - Empregado da Rádio Nacional, que acumulava regularmente esta situação com emprego no Colégio e foi atingido pela proibição resultante da Constituição de 1967 - Ilegalidade do ato que simplesmente a demitiu, sem que lhe fosse dada oportunidade de exercer a opção ou recusada esta - Promovido o inquérito exigido por sua condição de empregado estável - Pedido de indenização por despedida injusta (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | RO 6.749-RJ | 27/11/84 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|--------------------------|-----------------|
| <p>Advocacia Administrativa - Desembargador denunciado pelo Ministério Público - Falta de prova - A prova, sem a menor dúvida, é insuficiente para a condenação - Absolve-se o acusado, se não há prova de que exerceu advocacia administrativa, determinando que se cancele o nome do denunciado de qualquer registro desta Corte (Improcedente) (CE) (STJ)</p> | <p>APN 74-ES</p> | <p>11/05/95</p> |
| <p>Advogado - Dever de vigilância - Agravo de Instrumento - Formação - Cabe ao advogado vigiar a formação do instrumento - Não é ônus do Relator neste STJ suprir a omissão da falta de traslado de peças essenciais, requisitando os autos originais (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | <p>AGA 19.910-SP</p> | <p>1º/04/92</p> |
| <p>Advogado - Inviolabilidade - Expressões usadas na discussão da causa - O advogado é inviolável, por suas manifestações, quando manifesta opinião na discussão da causa e nos limites da lei - A crítica formulada pelo paciente contra o representante do Ministério Público não ultrapassou os limites da razoabilidade, considerado o modo como procedeu o Promotor de Justiça (Deferimento) (T5) (STJ)</p> | <p>HC 2.903-SP</p> | <p>17/10/94</p> |
| <p>Apelação em Liberdade - Réu primário - Prisão em flagrante - Efeito da sentença condenatória - Tratando-se de paciente, preso em flagrante, e permaneceu recolhido durante o curso do processo, ainda que seja primário e tenha bons antecedentes, não tem direito de apelar em liberdade, pois um dos efeitos da sentença condenatória é ser o preso conservado na prisão (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 3.473-SP</p> | <p>23/03/94</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|--------------------------|-----------------|
| <p>Aposentadoria - Ferroviários - Complementação de proventos e vantagens concedidas pela Rede Ferroviária - A complementação de proventos por intermédio do INPS e a cargo do Tesouro somente alcança os funcionários da União (estatutários) e depende de ato da autoridade competente do Executivo - Os empregados celetistas não fazem jus a benefícios de aposentadoria pelo Tesouro - Carecem de ação contra a União e o INPS para vindicar qualquer coisa neste sentido (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 86.394-RJ</p> | <p>19/06/84</p> |
| <p>Citação - Nulidade - Cerceamento de defesa - A nulidade da citação ficou superada com o comparecimento e o interrogatório do réu, cuja defesa não argüiu nenhuma nulidade e nem alegou qualquer prejuízo para o acusado, sendo de registrar que foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, arrolando as testemunhas que entendem necessário (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 3.528-MG</p> | <p>20/04/94</p> |
| <p>Competência - Ação de Usucapião - Domínio de terras no aldeamento de índios - Manifestado interesse da União Federal na ação de usucapião, sob o fundamento de que o imóvel usucapiendo a ele pertence, por achar-se localizado no antigo aldeamento de índios, desloca-se a competência para a Justiça Federal (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AG 42.191-SP</p> | <p>25/02/83</p> |
| <p>Competência - Alvará para levantamento de depósito do FGTS - Compete à Justiça Estadual decidir sobre o levantamento de quantias existentes em conta vinculada constituída pelo FGTS, se o Banco Nacional de Habitação a tanto se opõe (Conhecimento) (S1) (TFR)</p> | <p>CC 5.906-CE</p> | <p>13/06/84</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|------------------------|-----------------|
| <p>Competência - Contravenção Penal - Tratando-se de prática de contravenção e instaurada a ação depois de promulgada a Constituição de 1988 - Compete à Justiça Estadual julgar o feito (Conhecimento) (S3) (STJ)</p> | <p>CC 1.261-SP</p> | <p>21/06/90</p> |
| <p>Competência - Crime contra Sociedade de Economia Mista - Desvio de valores pertencentes à Telecomunicações de Goiás S/A (TELEGOIÁS) - Competente para processar e julgar o feito é a Justiça Estadual (Conhecimento) (S3) (STJ)</p> | <p>CC 2.208-GO</p> | <p>03/09/91</p> |
| <p>Competência - Crime Eleitoral - Prefeito Municipal - A Constituição de 1988 diz que o julgamento de Prefeito Municipal será perante a Justiça Estadual - Esse foro, por prerrogativa de função, em razão da matéria, desloca-se para o Tribunal Regional Eleitoral, se o Prefeito é acusado de prática de crime eleitoral (Conhecimento) (S3) (STJ)</p> | <p>CC 1.125-MG</p> | <p>07/06/90</p> |
| <p>Competência - Crime praticado por policial militar - Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar policial militar acusado de praticar delito de lesão corporal, se utilizou armamento pertencente ao patrimônio militar (Conhecimento) (S3) (STJ)</p> | <p>CC 1.550-MG</p> | <p>20/11/90</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|------------------------|-----------------|
| <p>Competência - Delito contra o PASEP - O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), mesmo depois de unificado ao Programa de Integração Social (PIS), continuou a ser gerido por um conselho Diretor nomeado pelo Ministro da Fazenda - As contribuições, ainda que depositadas no Banco do Brasil S. A., se não recolhidas nas épocas próprias, são inscritas como dívida ativa da União - Além disso, a legislação manda que as fraudes contra o PASEP sejam processadas e julgadas pela Justiça Federal - Assim, evidenciado o interesse da União e o dano aos seus serviços e patrimônio, declara-se competente a Justiça Federal (Conhecimento) (S3) (STJ)</p> | <p>CC 211-RJ</p> | <p>17/08/89</p> |
| <p>Competência - Delito praticado por policial militar fora do serviço - Uso de arma da corporação ou dele próprio - Tranquila a jurisprudência no sentido de que, se o policial militar, não se encontrando em serviço, comete algum delito utilizando arma dele próprio, competente para o processo e julgamento é a Justiça Criminal Comum - Entendimento do Relator, vencido, sustentando que, se o policial militar, em situação de atividade ou assemelhado, embora não estando em serviço, utiliza arma da corporação para praticar algum delito, o fato não envolve a violação da guarda, fiscalização ou administração militar; a competência é da Justiça Criminal Comum - Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Estadual, pois os laudos confirmaram que a arma empregada pelo policial militar para cometer o delito era a de propriedade do agente e não da unidade militar (Conhecimento) (S3) (STJ)</p> | <p>CC 1.856-SP</p> | <p>06/06/91</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|----------------|----------------|
| Competência - Delito de trânsito - Policiais militares - Delito de trânsito tendo como autor e vítima policiais militares em situação de atividade ou assemelhada - Trata-se de crime militar a ser apreciado pela Justiça Militar Estadual (Conhecimento) (S3) (STJ) | CC 325-SP | 21/09/89 |
| Competência - Ensino superior - Falsificação de documentos - Transferência de estabelecimento de ensino particular para fazer prova junto a outra entidade, também particular, não constitui infração penal contra serviço da União Federal - Competência da Justiça Estadual (Conhecimento) (S3) (STJ) | CC 6.530-DF | 03/02/94 |
| Competência - Execução Penal - Estabelecido o conflito entre Tribunal Militar Estadual e Juiz Estadual, compete ao Supremo Tribunal Federal conhecê-lo e dirimi-lo (Desconhecimento) (S1) (TFR) | CC 7.233-RS | 26/11/86 |
| Competência - Falsificação grosseira de moeda - Estelionato - Compete à Justiça Estadual julgar crime relativo a falsificação grosseira de moeda, facilmente perceptível a olho desarmado (Conhecimento) (S3) (STJ) | CC 1.063-SP | 05/04/90 |
| Competência - Greve - Compete à Justiça Federal processar e julgar os delitos decorrentes de greve, se atentam contra a organização do trabalho ou os direitos e deveres dos trabalhadores considerados coletivamente (Conhecimento) (S3) (STJ) | CC 1.355-SP | 20/09/90 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|--------------------------|-----------------|
| <p>Competência - Habeas Corpus - Conflito entre Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal - Ato de Juiz de Direito - O habeas corpus é instrumento apto a conjurar ilegalidade decorrente de ato praticado por Juiz absolutamente incompetente - Cabe ao Tribunal de Justiça e não ao Tribunal Regional Federal processar e julgar habeas corpus apontando a existência de coação ilegal praticada por Juiz de Direito, não investido de jurisdição federal (Conhecimento) (S3) (STJ)</p> | <p>CC 2.811-RS</p> | <p>06/08/92</p> |
| <p>Competência - Homicídio praticado por policial militar - Tranqüila a jurisprudência no sentido de competir à Justiça Comum Estadual processar e julgar policial militar acusado de, não se encontrando em serviço, cometer infração penal com uso de arma a ele pertencente - Entendimento do Relator de que um simples revólver não pode servir para definir uma competência em detrimento de outra - A dizer, que o fato de ter sido o crime cometido com revólver da Corporação Militar não basta para definir a competência da Justiça Castrense - Caso em que o policial militar praticou o crime com revólver pertencente ao próprio soldado, declarando-se competente a Justiça Estadual (Conhecimento) (S3) (STJ)</p> | <p>CC 3.521-SP</p> | <p>15/10/92</p> |
| <p>Competência - Infrações diversas - Prisão preventiva - Praticadas várias infrações em locais diversos, sendo as jurisdições da mesma categoria, prevalece a competência do Juízo do local onde a pena cominada é a mais grave - A prisão preventiva do acusado foi decretada na necessidade de assegurar-se a aplicação da lei penal, tendo em vista que o denunciado reside em outros Estados, não tem profissão definitiva (Desprovisamento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 3.406-RS</p> | <p>16/03/94</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|-------------------|----------------|
| Competência - Mandado de Segurança contra ato de Prefeito Municipal - Horário de comércio - À Justiça Estadual compete decidir, atacando ato de Prefeito Municipal estabelecendo horário especial do comércio (Conhecimento) (S1) (TFR) | CC 5.712-RJ | 09/05/84 |
| Competência - Policiais militares - Facilitação de fuga de presos de cadeia pública - A Justiça Estadual é a competente para julgar policiais militares que facilitem a fuga de preso de cadeia pública - Trata-se de crime contra a administração da Justiça (Conhecimento) (S3) (STJ) | CC 865-MS | 19/04/90 |
| Competência - Policial militar - Contravenção - Compete à Justiça Comum Criminal processar e julgar policial militar acusado da prática de vias de fato e de crime de abuso de autoridade, eis que não se encontram previstas no Código Penal Militar - À Justiça Militar compete processar e julgar policiais militares somente nos crimes militares definidos em lei (Conhecimento) (S3) (STJ) | CC 2.314-SP | 07/11/91 |
| Conselho Regional de Farmácia - Registro - Depósito de produtos farmacêuticos - O regulamento não pode criar tipo de obrigação não previsto em lei - Estabelecimento distribuidor de drogas não se encontra obrigado a contratar farmacêutico, a fim de obter licença do CRF (Desprovisamento) (T2) (TFR) | REO 102.049-RS | 27/03/84 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|-------------------|----------------|
| <p>Contravenção Penal - Jogo do bicho - A falta de identificação do banqueiro ou do apostador não é motivo para deixar-se de punir quem é encontrado na posse de farto material destinado à prática do chamado "Jogo do Bicho" - Prescrição da pretensão punitiva reconhecida (Provimento) (T5) (STJ)</p> | RESP 5.267-SP | 05/11/90 |
| <p>Crime de Descaminho - Prescrição da pretensão punitiva - Fixada a pena em um ano de reclusão - Mas, transcorridos três anos entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença, decreta-se a prescrição punitiva (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | ACR 6.786-BA | 29/08/86 |
| <p>Crime de Difamação - Advogado - Expressões consideradas difamatórias irrogadas ao Juiz do processo - Trancamento da ação penal - A inviolabilidade do advogado, por seus atos e manifestações no exercício da profissão, prevista na Constituição, ao contrário do que se assevera, continua circunscrita aos limites da lei - Inexistência de imunidade quando a ofensa é feita ao Juiz da causa - Inexistência de dolo visando a trancar a ação penal (Indeferimento) (T5) (STJ)</p> | HC 1.222-SP | 06/05/92 |
| <p>Crime Florestal - Pena de multa - Lei geral e especial - Incidência - As penas de multa estabelecidas pelo Código Florestal são calculadas tendo como parâmetro o valor do salário mínimo, sistema que sofreu modificação - A norma especial prevalece sobre a geral pelo seu próprio conteúdo - Não tem incidência o sistema de dias-multa, mas o de salário mínimo (Provimento) (T5) (STJ)</p> | RESP 58.322-PR | 05/04/95 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|---------------------------|-----------------|
| <p>Crime Hediondo - Praticado contra criança - Réu primário - Sentença negando o apelo em liberdade - Fundamentação indispensável - Crime hediondo praticado contra menor de três anos de idade, com condenação a cumprimento da pena em regime fechado - A sentença, embora reconhecendo a primariedade do réu e os bons antecedentes, fundando-se na gravidade do delito, negou-lhe o direito de poder apelar em liberdade - É indeclinável que a sentença, motivadamente, diga por quais motivos a custódia se faz necessária para a aplicação da lei penal ou a garantia da ordem pública - Registre-se mais que se trata de réu que respondeu todo o processo em liberdade e sempre residiu no distrito da culpa (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 4.525-SP</p> | <p>10/05/95</p> |
| <p>Crime contra a Honra - Funcionária pública estadual aposentada - Praticado por meio de imprensa - Cuidando-se de ofensa atribuída a funcionária pública em decorrência do exercício de suas funções, a ação é pública condicionada, pouco importando que, no momento, já se encontre aposentada (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 25.997-MG</p> | <p>16/09/92</p> |
| <p>Crime contra a Propriedade Industrial - Queixa - Decadência - Inépcia da inicial - O art. 41 do CP não inscreve como requisito da queixa a referência à data em que o querelante tomou conhecimento do fato delituoso, mas que o exponha com todas suas circunstâncias - Portanto, a esse título, não se pode considerá-la inepta - A queixa nos crimes contra a propriedade industrial deve ser oferecida dentro de trinta dias, contados da intimação do ato de homologação do laudo pericial (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 61.766-SP</p> | <p>02/08/95</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|--------------------------|-----------------|
| <p>Crime contra o Sistema Financeiro - Informações - Requisição pelo Ministério Público - O sistema financeiro nacional é estruturado em lei complementar - Tratando-se de crime contra o sistema financeiro, o Ministério Público Federal poderá requisitar a qualquer autoridade informação, documento ou diligência relativa à prova dos crimes previstos na Lei 7.492/86 - Trancamento da ação penal - Falta de justa causa (Concessão) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 1.290-MG</p> | <p>16/03/91</p> |
| <p>Crime de Imprensa - Deputado Estadual - Representação - Denúncia - Licença - Aos Deputados Estaduais aplicam-se as mesmas regras quanto à inviolabilidade e imunidades - Não podem ser processados criminalmente sem prévia licença da Assembléia Legislativa - O despacho do Desembargador Relator da causa determinando, assim, que, apresentada a denúncia, se oficiasse à Presidência da Assembléia Legislativa pedindo licença para processar o paciente, não lhe causou ofensa ao direito de locomoção, além do que preservou a imunidade formal do denunciado - A notificação será ordenada se a licença for atendida, com que se cumprirá a Constituição e a lei especial (Denegação) (T5) (STJ)</p> | <p>HC 3.609-CE</p> | <p>02/08/95</p> |
| <p>Crime de Sonegação Fiscal - Ocorrência - Extinção da punibilidade pelo pagamento dos tributos - Configura-se o delito especial de sonegação fiscal quando o agente presta declaração falsa e omite informações - Enfim, altera a verdade sobre fato juridicamente relevante com o propósito de furtrar-se ao pagamento de tributos - Extinção pelo pagamento antes de iniciada a ação fiscal própria (Desprovemento) (T2) (TFR)</p> | <p>RO 1.030-PI</p> | <p>08/05/84</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|---------------------------|-----------------|
| <p>Curandeirismo - Perigo à saúde física e mental das pessoas - Substituição de pena detentiva por multa - Dever do Juiz - O curandeirismo ficou comprovado com a habitualidade com que o réu ministrava os "passes" e obrigava adultos e menores a ingerirem sangue de animais e bebidas alcólicas, colocando em perigo a saúde e levando os adolescentes à dependência do álcool - O Juiz tem o dever de substituir a pena detentiva pela de multa (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 50.426-MG</p> | <p>10/08/94</p> |
| <p>Delegado de Polícia - Demitido por ordem do Secretário de Segurança Pública - Autoridade competente - Delegação - Possibilidade - A descentralização administrativa pressupõe a delegação de competência de uma autoridade investida de poderes de administrar, cuja execução pode delegar a outros agentes públicos - O Governador do Distrito Federal podia, através de ato próprio, precisar o objeto da delegação e atribuir ao Secretário de Segurança Pública poder para nomear e demitir Delegado de Polícia, uma vez que autorizado legalmente - As leis que não contrariam a Constituição permanecem em vigor porque recepcionadas pela Carta - O processo administrativo foi instaurado por portaria - Legalidade (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 3.614-DF</p> | <p>14/11/94</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|---------------------------|-----------------|
| <p>Delito de Trânsito - Mortes e lesões corporais - Corrida "racha" em local impróprio - Prisão preventiva - Fundamentação - Paciente acusado de haver causado a morte de sete pessoas e lesões corporais a outras sete, tudo em uma corrida de automóvel conhecida como "racha" e que teve a prisão preventiva decretada na necessidade de assegurar-se a aplicação da lei penal além da potencial periculosidade demonstrada pelo fato delituoso - Primariedade e bons antecedentes não bastam para invalidar a custódia provisória (Denegação) (T5) (STJ)</p> | <p>AC 3.479-SP</p> | <p>17/05/95</p> |
| <p>Delito de Trânsito - Vias urbanas - Dever de cautela do motorista - É normal e constante a presença de pedestres nas vias urbanas comuns nas grandes cidades - Trata-se de fato previsível a exigir de motorista de coletivo, com visão privilegiada, a necessária cautela - Se a vítima é menor de idade e atravessa a pista sinalizada por semáforo, estando o veículo parado aguardando a sua vez, age imprudentemente o motorista que movimentava a máquina antes que o pedestre concluísse a travessia, provocando-lhe a morte (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 2.759-RJ</p> | <p>18/06/90</p> |
| <p>Denúncia Inepta - Prescrição - Interrupção - Anulação - A denúncia recebida, mas anulada em grau de recurso por inepta, não interrompe o curso do prazo prescricional, pois o que é nulo não produz efeitos - O recebimento da denúncia considerado válido é que interrompe o lapso do prazo prescricional (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 13.461-SP</p> | <p>16/10/91</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|-------------------|----------------|
| <p>Depositário Infiel - Prisão - Falência - Aberta a quebra, por força do disposto no art. 40 da Lei de Falências, o devedor perde o direito de administrar e de dispor dos seus bens. Assim, não pode ser compelido a devolvê-los em decorrência, de decisão proferida, em ação de depósito, cerca de três anos depois do decreto da falência, muito menos ser preso por não ter podido fazê-lo (Provimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 172-SP | 30/08/89 |
| <p>Descaminho - Prova - Apelo em liberdade e prisão-albergue - A materialidade e a autoria ficaram demonstradas inclusive com as prisões em flagrante - Para apelar em liberdade, é necessário que os requisitos de primariedade e dos bons antecedentes constem da sentença - Se o processo menciona a prática de outros ilícitos na mesma e em outra Seção Judiciária, é claro que o réu não possui bons antecedentes - A prisão-albergue pressupõe que o réu não seja considerado perigoso (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | ACR 6.325-MT | 31/08/84 |
| <p>Direito Autoral - Violação - Ação penal pública - Reproduções artísticas para fins comerciais sem autorização do autor - A violação de direito autoral mediante a reprodução por qualquer meio, com finalidade comercial, sem expressa autorização do autor, enseja a propositura de ação pública incondicionada - Indevido o trancamento do inquérito policial (Provimento) (T5) (STJ)</p> | RESP 19.866-RS | 04/05/92 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|------------------|----------------|
| <p>Direito de Greve - Funcionário público - Direito de greve pendente de legislação complementar - Descontos de faltas - Ao funcionário público, a Constituição defere o exercício do direito de greve nos termos e nos limites definidos em lei complementar - A toda relação de trabalho é insito o dever de assiduidade, podendo a administração descontar dos vencimentos os dias não trabalhados em que o servidor permaneceu em greve, constituindo ônus dele provar eventuais erros quanto às faltas e aos valores descontados (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REMS 2.683-SC | 09/06/93 |
| <p>Ensino Superior - Aluno de curso médico - Estágio em hospital - Aluno reprovado em clínica médica no 5º ano - Norma regulamentar interna impeditiva da realização de estágio em hospital nestas condições - Matrícula por força de decisão liminar em mandado de segurança e obtenção, depois do diploma, por determinação judicial - Situação que se não equipara à dos alunos matriculados sem apresentação do certificado do 2º grau e que durante a vigência da decisão judicial de 1º grau atendem à exigência (Denegação) (T2) (TFR)</p> | AMS 91.927-RJ | 04/10/83 |
| <p>Ensino Superior - A situação jurídica do estudante especial da Universidade Federal do Ceará não se confunde com a do estudante regular - O Estatuto ou a Resolução nº 291 de 1974, que não podia modificá-lo, não admitem o ingresso em curso de graduação sem que preenchido seja o requisito do concurso vestibular (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | AMS 97.531-CE | 14/12/84 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|---------------------------|-----------------|
| <p>Ensino Superior - Matrícula - Impossibilidade de fazer por força maior - Comprovado que à época de realização da matrícula estava o impetrante impossibilitado de fazê-lo, por motivo de força maior, assiste-lhe o direito de fazer a matrícula tão logo cessasse o motivo alegado (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>REO 110.636-DF</p> | <p>12/09/86</p> |
| <p>Estrangeiro - Inquérito para expulsão - Ato do Ministro da Justiça - Filho brasileiro - A abertura e o prosseguimento do inquérito para a expulsão de estrangeiro condenado, com sentença transitada em julgado, não ficam obstaculizados pelo nascimento de filho brasileiro em data posterior ao fato delituoso (Indeferimento) (S3) (STJ)</p> | <p>HC 144-DF</p> | <p>1º/03/90</p> |
| <p>Estupro - Crime hediondo - Pena - Regime fechado - O estupro, em qualquer de suas configurações, é crime hediondo, devendo o réu cumprir a pena integralmente no regime fechado (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 46.204-PR</p> | <p>02/05/94</p> |
| <p>Ex-Combatente - Reforma - Amparo do Estado - Aos ex-combatentes, invalidados em consequência de moléstia relacionada com a guerra, aplica-se o Dec. Lei 8.795/46 e, quando a doença tiver outra origem, a Lei 2.579/55 - Os que eram soldados na ativa fazem jus aos proventos de 3º Sargento; os que eram cabos têm direito aos de 2º Sargento (Rejeição) (S1) (TFR)</p> | <p>EAC 49.607-DF</p> | <p>24/08/83</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|--------------------------|-----------------|
| <p>Execução Penal - Condenado em regime semi-aberto - Saída temporária - Desnecessário o cumprimento de um sexto da pena no atual regime, se houve progressão - O direito a saídas temporárias pelo condenado primário que cumpre pena no regime semi-aberto, se progrediu do regime fechado, após cumprido um sexto da pena - Não fica sujeito a esse requisito temporário no regime atual semi-aberto, conforme se extrai das normas da Lei de Execução Penal (Provimento parcial) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 1.617-RJ</p> | <p>02/12/91</p> |
| <p>Execução Penal - Regime aberto - Casa de albergado - Residência do condenado - Excepcionalidade - O cumprimento da pena não pode ser efetuado, com persalto de um regime para outro, porém de forma progressiva - Inexistência de casa de albergado ou de falta de vagas, bem assim de decisão político-administrativa de construir, transformar ou locar imóveis com tal finalidade, com custos mínimos de manutenção - Possibilidade de execução na residência do próprio condenado (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 72-MG</p> | <p>02/08/89</p> |
| <p>Exercício de Advocacia - Limitação do exercício - A missão do advogado fundamenta-se na dignidade da pessoa humana - Não se limita a mero profissional liberal - Atua, em juízo e fora dele, sem limites outros que não os expressos em lei - A Previdência Social não pode limitar o exercício profissional do advogado na defesa de cliente que representa por título e por forma prevista na Lei 4.215/63 (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AMS 89.675-RJ</p> | <p>30/04/82</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|---------------------------|-----------------|
| <p>Extorsão - Momento consumativo - A extorsão se perfaz com o fato de o agente constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, pouco importando não tenha conseguido o proveito que buscava, pois foi preso logo depois que se apossou do dinheiro - A coação surtiu os efeitos desejados pelo agente com a entrega do dinheiro em local e hora indicados pelo extorsionário (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 32.057-SP</p> | <p>03/05/93</p> |
| <p>Funcionário Público - Aposentadoria - A vantagem da legislação pode ser deferida ao funcionário que se aposenta, mesmo que esteja afastado do cargo ou função de confiança, desde que comprove atender ao disposto na Constituição Federal (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 84.055-RN</p> | <p>31/08/84</p> |
| <p>Funcionário Público - Avaliação de desempenho para efeito de promoção - O fato de o funcionário encontrar-se no gozo de licença especial não impede que seja avaliado para efeito de promoção - Se, na oportunidade, o setor estiver sob outra chefia, cabe ao órgão de pessoal repetir a nota imediatamente anterior à licença (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AMS 87.381-SP</p> | <p>11/03/83</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|-------------------|----------------|
| <p>Funcionário Público - Crime de responsabilidade penal - Prisão preventiva - Direito de apelar em liberdade - Requisitos - Tratando-se de crime funcional típico, prevê a defesa, antes do recebimento da denúncia, para as infrações penais afiançáveis imputadas a funcionário público - Ausência de cerceamento de defesa - Carece do direito de apelar em liberdade quem permaneceu preso durante a instrução e, além disso, a sentença reconhece ter péssimos antecedentes (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 2.873-SP | 20/09/93 |
| <p>Funcionário Público - Férias não gozadas por necessidade da administração - Imposto de renda - Não cabimento - Por força de normas constitucionais, têm direito ao gozo de férias anuais remuneradas - O princípio da continuidade do serviço, em casos excepcionais, por absoluta necessidade, é que justifica não entre o servidor em férias, caso em que receberá indenização, que não possui a natureza de remuneração, estando isento do pagamento do imposto de renda, o qual incide sobre os ganhos que impliquem no aumento de patrimônio ou disponibilidade de riqueza nova (Desconhecimento) (T5) (STJ)</p> | RESP 31.657-SP | 22/03/95 |
| <p>Funcionário Público - Plano de Classificação - Não se confundem casos de transposição ou transformação compreendidos na clientela originária - Onde situações pessoais formalmente desprovidas de currículo acadêmico foram abrangidas na expressão habilitação geral, em que o requisito é indispensável - Hipótese em que não ficou provada a correlação de atribuições, nem a existência, no quadro de pessoal do réu, de qualquer dos cargos pretendidos (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | AC 81.320-MG | 30/03/84 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|------------------|----------------|
| <p>Funcionário Público - Reajustamento de proventos - Aposentadoria - Conforme o Estatuto dos Funcionários, não se trata de vantagem, mas de proventos, fixados de forma especial - A legislação não suprimiu a gratificação de função componente dos proventos do aposentado - Se o fizesse, estaria descompondo esses proventos, em manifesto desrespeito à Constituição Federal (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | AMS 96.954-RJ | 30/03/84 |
| <p>Fiança - Direito - Requisitos e condições - Paciente que, embora preso em flagrante, satisfaz os requisitos legais à concessão de fiança - A Constituição assegura a todos os acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes - Cabe à lei dispor sobre a prestação de fiança (Concessão) (T2) (TFR)</p> | HC 5.536-RJ | 17/12/82 |
| <p>Furto Qualificado - Concurso de pessoas - Configuração - Ocorre furto qualificado quando os agentes concorrem para o crime, atuando materialmente, em conjunto ou separadamente, segundo acordo efetuado antecipadamente ao fato delituoso, tal como mostram os autos (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | RESP 279-SC | 14/02/90 |
| <p>Habeas Corpus - Ameaça - Liberdade física - Estagiário prestando serviço como bacharel - Se o bacharel excede-se no cumprimento de sua missão, se comete algum delito, deve ser processado e não ameaçado ou detido sem ordem legal - A ameaça à liberdade física, com vistas a impedir o livre exercício da profissão, deve ser garantida pelo salvo-conduto (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | REHC 5.730-MT | 27/09/83 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|------------------|----------------|
| <p>Habeas Corpus - A verificação da inviolabilidade de Vereador, por suas palavras e opiniões consideradas ofensivas, implica devido exame de provas, de modo que se possa concluir se adstritas ao exercício do mandato e na circunstância municipal (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 735-RN | 20/08/90 |
| <p>Habeas Corpus - Crime comum praticado por funcionário público - Nulidade do processo por incompetência da Justiça Estadual - Não demonstrado que o crime foi praticado contra bens, serviços ou interesses da União, suas autarquias ou empresas públicas, a mera condição de funcionário público não atrai o foro federal (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 2.001-SP | 03/06/92 |
| <p>Habeas Corpus - Crime contra a honra de Juiz Federal - Ação Penal - Trancamento - A crítica a atitudes do juiz constante da defesa prévia, pelas circunstâncias e no contexto em que foi escrita, não entremostra, <i>prima facie</i>, o <i>animus</i> de ofender - O advogado deve atuar como um guardião da Constituição e defensor da Ordem Jurídica; exercer a profissão com zelo e probidade; velar pela dignidade da magistratura, tratando as autoridades e funcionários com respeito e independência, não prescindindo de igual tratamento - Pois tanto quanto o juiz a sua missão é a busca incessante de eficaz e justa distribuição da justiça - Inexistência de fato típico - Trancamento da ação penal (Provimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 560-DF | 06/08/90 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|----------------------|-----------------|
| <p>Habeas Corpus - Deputado Estadual - Crime praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União - Competência - A Constituição de 1988 é omissa quanto ao órgão competente para julgar deputado estadual acusado - Compete ao Tribunal Regional Federal processar e julgar deputado estadual que tenha no Tribunal de Justiça o foro por prerrogativa de função, se acusado da prática de crime - Aos Tribunais de Justiça não se pode atribuir competência por prerrogativa de função, quando lhes falta jurisdição (Concessão) (T5) (STJ)</p> | <p>HC 372-DF</p> | <p>27/06/90</p> |
| <p>Habeas Corpus - Excesso de prazo no julgamento da apelação - Prisão - Ilegalidade - Os prazos constantes da legislação referem-se ao primeiro grau - Não se aplicam aos julgados do recurso de apelação - O paciente não se encontra preso cautelarmente, mas em decorrência de sentença condenatória por infringência de dispositivo da chamada Lei de Tóxico, além de cumprir pena por infração anterior à Lei 6.368/76 - A demora no julgamento do recurso de apelação decorrente de motivo de força maior (greve de servidores) não traduz, também, constrangimento ilegal - Habeas Corpus contra ato do Relator que se conhece, mas se denega a ordem (Indeferimento) (T5) (STJ)</p> | <p>HC 398-SP</p> | <p>05/09/90</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|------------------|----------------|
| <p>Habeas Corpus - Legitimidade para impetração - Promotor de Justiça - O Ministério Público tem legitimidade para impetrar habeas corpus junto ao órgão onde atua - No Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral ou o Procurador a quem delegar a respectiva atribuição - Mesmo assim, o pedido formulado por Promotor de Justiça junto ao Tribunal de Justiça pode e deve ser conhecido como formulado por qualquer pessoa - Trancamento de Inquérito Policial (Desprovisamento) (T5) (STJ)</p> | REHC 2.576-SC | 31/03/93 |
| <p>Habeas Corpus - Nulidade da sentença - Suspeição do Juiz - Apelação em liberdade - Antecedentes criminais - O paciente tentou afastar o Juiz da direção do processo porque não lhe era confortável que a causa tivesse andamento, gerando a prescrição, daí porque deixou de ser reconhecida na forma preconizada no artigo 256 do CPP - O habeas corpus não constitui meio hábil para se discutir e resolver suspeição - Direito de apelar em liberdade indeferido pela sentença, motivadamente, com base nos antecedentes criminais do paciente - Nulidades não comprovadas (Denegação) (T5) (STJ)</p> | HC 1.985-MG | 21/06/93 |
| <p>Habeas Corpus - Salvo-conduto - Inexistência de ameaça ao direito de locomoção - O habeas corpus é instrumento destinado a proteger o direito de ir e vir contra ato ilegal ou praticado com abuso de poder - O salvo-conduto não pode ser concedido para que alguém deixe de cumprir decisão judicial, ainda que dita contra a lei, se para atacá-la há os instrumentos judiciais próprios, já utilizados pela recorrente - O perigo da prisão, em tais casos, deve mostrar-se claro (Desprovisamento) (T5) (STJ)</p> | REHC 2.818-SP | 04/08/93 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|-------------------|----------------|
| <p>Habeas Corpus - Tratando-se de crime contra a honra de funcionário público em razão da função por ele exercida, a ação é pública condicionada à representação, sendo descabido mandar-se notificar o acusado para responder por escrito aos termos da denúncia - Também não cabe audiência de conciliação - As disposições do art. 514 do CPP referem-se aos chamados delitos funcionais e as do art. 520 aos crimes contra a honra iniciados por queixa do ofendido (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 104-SP | 28/06/89 |
| <p>Honorários Advocatícios - Benefício previdenciário - Cabimento - Nas ações visando a obter benefício previdenciário, não cabe a condenação de honorários advocatícios sobre as prestações vincendas, uma vez que não se aplica o disposto no par. 5º do art. 20 do CPC (Provimento) (T5) (STJ)</p> | RESP 39.768-SP | 1º/12/93 |
| <p>Honorários de Perito - O pedido de assistência judiciária, quando formulado no curso da ação, deve ser autuado em apartado e decidido como incidente, apensando-se posteriormente aos autos principais - Verificando-se que a parte tem condição de pagar, em parte, as despesas, pode-se permitir que o faça em parcelas mensais e sucessivas em valor que não implique prejuízo do próprio sustento e da família (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | AG 44.835-RJ | 15/10/85 |
| <p>Imóvel Funcional - Regularização - Ocupação em Brasília - Irregularidade - A ocupação de imóvel público só se legitima por ato regular da administração - Os imóveis chamados funcionais acham-se submetidos a disciplinamento específico (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | AC 73.522-SP | 10/02/84 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|-------------------|----------------|
| <p>Infração de Trânsito - Trancamento da ação - O não acatamento a um sinal de policial militar a fim de parar o veículo não constitui crime de desobediência, mas infração de natureza administrativa e, como tal, punida pelo Código Nacional de Trânsito (Provimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 3.707-SP | 15/06/94 |
| <p>Inquérito Policial - Trancamento - Crime de desobediência - A requisição de abertura de inquérito policial traduz dever do Juiz, quando se depara com a existência de crime em tese - Não cabe a funcionário administrativo discutir legalidade de ordem judicial formalmente correta (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 766-SP | 05/09/90 |
| <p>Intervenção Federal - Providência de natureza excepcional - Descumprimento de decisão judicial pelo Governo Estadual para resolver conflito de terras - A Intervenção Federal deve ser deferida quando demonstrado que o Poder Executivo do Estado procrastina, há anos, o atendimento de requisição de força policial para auxiliar no cumprimento de sentença transitada em julgado (Deferimento) (CE) (STJ)</p> | IF 12-PR | 09/12/93 |
| <p>Isenção - Sucumbência da autarquia e custas - Acidente do trabalho - Os litígios referentes a acidentes do trabalho processados pela Justiça dos Estados e do Distrito Federal estão isentos do pagamento de custas e de verbas relativas à sucumbência - A isenção de que se trata refere-se ao segurado e não ao INSS (Provimento parcial) (T5) (STJ)</p> | RESP 30.105-SP | 15/09/93 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|---------------------------|-----------------|
| <p>Júri - Nulidade - Jurado que participou de julgamento de co-réu no mesmo processo - Prejuízo para a defesa - A participação de jurado, no mesmo processo em julgamento de co-réu, acarreta a nulidade do julgamento, se a condenação se deu por quatro a três, pois espelha evidente prejuízo para a defesa (Provimento parcial) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 23.917-MG</p> | <p>09/02/94</p> |
| <p>Júri - Nulidade - Homicídio - Fatores objetivos e subjetivos - O reconhecimento pelo Tribunal do Júri de que o paciente agiu sob o domínio de violenta emoção com surpresa para a vítima não é contraditório - A Jurisprudência tem-se pacificado no sentido de que é possível a coexistência de fatores subjetivos e objetivos (Indeferimento) (T5) (STJ)</p> | <p>HC 3.180-ES</p> | <p>08/02/95</p> |
| <p>Locação - Imóvel comercial - despejo - Contrato por prazo determinado - Cessação - Findo o prazo de locação por prazo determinado, cessa de pleno direito o contrato - Não pode ser interpretado de modo a se prorrogar a locação contra a vontade do locador - Cumpre harmonizá-lo que, de qualquer modo, não beneficia a quem passou a ocupar o prédio sem ser locatário (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 81.618-SP</p> | <p>05/03/85</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|---------------------------|-----------------|
| <p>Locação - Imóvel residencial - Ação revisional - Inexistência de proibição legal - Possibilidade - Equilíbrio das partes - A legislação de modo expresso, seja nas locações residenciais, seja nas comerciais, prevê a possibilidade da revisão dos aluguéis, em decorrência de modificações econômicas - E não poderia ser diferente, considerando-se a inflação que corrigia salários e aluguéis - A alteração econômico-financeira justifica que, até por equidade, admita-se a revisional, a fim de manter o equilíbrio entre a prestação do locador e a contraprestação do inquilino - O locador pode retomar o imóvel imotivadamente, logo pode fazer o menos, isto é, propor o reajustamento do aluguel (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 28.338-SP</p> | <p>06/02/95</p> |
| <p>Locação - Retomada para uso próprio - Falta de impugnação dos fatos narrados - O locador tem direito de pedir o prédio locado para uso próprio, inclusive para ampliação do escritório de advocacia de que é titular, alterando a destinação do imóvel, presumindo-se a sinceridade, especialmente, em que os fatos articulados na inicial deixaram de ser impugnados pelo locatário (Desconhecimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 28.087-SP</p> | <p>06/02/95</p> |
| <p>Maconha - Semeadura e cultivo de pés de maconha no quintal da residência do réu - Delito configurado - Não se pode considerar tratar-se de plantio para uso próprio se, também, no interior da residência foi encontrada erva acondicionada em "pacaus" representando quase 500 gramas (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 2.316-SP</p> | <p>09/05/90</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|---------------------------|-----------------|
| <p>Mandado de Segurança - A prova obtida em justificação judicial é tão discutível noutro processo quanto a obtida no processo comum - A ação de mandado de segurança não se compadece com a questão duvidosa nos fatos (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p>REO 103.107-RS</p> | <p>08/06/84</p> |
| <p>Mandado de Segurança - Ato do Banco Central - Incompetência - Natureza controvertida da decisão que a declara <i>ex officio</i> - Legitimidade passiva reconhecida ao funcionário do Banco Central que, dizendo atender a recomendação do Ministro da Fazenda, fez bloquear conta bancária particular - O funcionário ou o particular que cumpre ordem manifestante ilegal, assume-lhe a co-autoria e responsabilidade dela, porque não tem a seu favor a dirimente do exercício regular de direito ou do estrito cumprimento de dever legal (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AMS 89.710-SP</p> | <p>20/09/83</p> |
| <p>Mandado de Segurança - Contra decisão do próprio Tribunal - Descabimento - Não cabe mandado de segurança contra ato jurisdicional praticado pelo Relator do próprio Tribunal - Exegese do art. 122, item I, letra "c", da Constituição Federal (Desconhecimento) (TP) (TFR)</p> | <p>MS 101.600-DF</p> | <p>20/10/83</p> |
| <p>Mandado de Segurança - Lei em tese - Descabimento - O Mandado de Segurança destina-se a proteger direito líquido e certo contra ato ilegal comissivo ou omissivo considerado ilegal ou abusivo e não se presta para atacar lei em tese (Denegação) (S3) (STJ)</p> | <p>MS 3.104-DF</p> | <p>16/12/93</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|---------------------------|-----------------|
| <p>Mandado de Segurança - Sindicatos - Eleição - Requisitos - É válido o pleito sindical, em primeiro escrutínio, se comparecem dois terços dos associados com capacidade para votar, sendo proclamado eleito quem obtém maioria absoluta dos votos desses eleitores - É considerado eleito, na segunda convocação, o que obtém maioria absoluta dos votos dos sócios presentes (Desprovisamento) (T2) (TFR)</p> | <p>REO 93.088-RJ</p> | <p>23/10/84</p> |
| <p>Medida de Segurança - Lesões corporais - Inimputabilidade - Tratamento ambulatorial - O objetivo da Justiça Penal é a recuperação da pessoa, inclusive de quem é considerado inimputável - Desse modo, se a pena a que se sujeitaria o recorrente seria detentiva e não há prova de temibilidade, o tratamento ambulatorial é o procedimento indicado (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 31.281-DF</p> | <p>07/06/93</p> |
| <p>Menoridade - Prisão - Prescrição punitiva - Menor de vinte e um anos - Comprovação da idade - Comprovado, através de documento oficial, que o réu era menor de vinte e um anos de idade à época do fato delituoso, deve ser aplicado o art. 115 do Código Penal vigente, reduzindo-se à metade o prazo prescricional (Desconhecimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 1.039-SP</p> | <p>14/02/90</p> |
| <p>Militar - Contagem em dobro de tempo de serviço prestado em Fernando de Noronha - Militares da Aeronáutica - Não se há de fazer distinção entre militares das Forças Armadas que se apresentam com as condições exigidas pela Lei 2.116/53, para obtenção do favor previsto no seu art. 4º, relativamente ao critério de contagem de tempo de serviço especificada na regra (Desprovisamento) (T2) (TFR)</p> | <p>AMS 106.250-RJ</p> | <p>27/08/85</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|-------------------------|-----------------|
| <p>Militar - Contagem de férias em dobro para fim de inativação - As férias vencidas pelo militar e não gozadas, mesmo aquelas cujo período de gozo efetivo se projete para depois da inativação, contam-se em dobro para o fim desta - Não, porém, para efeito de quinquênios e obtenção de proventos do posto imediato (Improcedente) (S1) (TFR)</p> | <p>AR 1.020-RS</p> | <p>15/02/84</p> |
| <p>Militar - Pensão - Desquite amigável - Efeitos do acordo da separação sobre pensão militar - Companheira - A Lei 3.765/60 regula expressamente apenas a situação comum da viúva que conviveu com o militar até a morte deste, ou que, desfeita antes a sociedade conjugal por decisão judiciária, tenha sido considerada cônjuge inocente ou com direito à manutenção pelo marido - A pensão que aí se houver estabelecido é que projetará, com a mesma natureza jurídica e mesma proporção, sobre a instituição de pensão militar - Reconhecido à companheira o direito à pensão com pagamento de atrasados desde o indeferimento na esfera administrativa (Provisionamento parcial) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 80.352-RJ</p> | <p>28/06/85</p> |
| <p>Militar - Promoção - Estágio de adaptação ao oficialato - Requisitos - A inscrição do militar da ativa em curso de adaptação sofreu alterações legislativas, ao curso do tempo, que foram explicitadas em regulamento, sem que se vislumbre ofensa a direito líquido e certo do impetrante - Militar reformado ou transferido para a reserva carece de direito de ser promovido (Denegação) (S3) (STJ)</p> | <p>MS 3.454-DF</p> | <p>02/03/95</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|--------------------------|-----------------|
| <p>Ordem dos Advogados do Brasil - Fiscalização profissional - Inscrição e impedimentos - Cabimento e efeitos - Estão sujeitas a recursos de efeito suspensivo todas as decisões dos Conselhos Seccionais da OAB a respeito de inscrição e impedimentos - Aplicação dos arts. 132 e 137 da Lei 4.215/63 (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AMS 87.014-RS</p> | <p>24/05/83</p> |
| <p>Pensão - Companheira de militar falecido - Benefício de natureza de assistência social - Deve ser concedida em favor da instituição da família e com seu objetivo fundamental de amparar a companheira com quem o servidor viveu <i>more uxorio</i>, por mais de cinco anos - Dever do Estado (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 65.793-MG</p> | <p>25/05/84</p> |
| <p>Pensão - Companheira - Provada, inclusive por anotação na Carteira de Trabalho feita por funcionário da Previdência, a convivência <i>more uxorio</i> e a dependência econômica, não há como se negar pensão à companheira, sob a alegação de grande diferença de idade - A legislação proíbe a cumulação da renda vitalícia com a pensão, permitida a opção - Assim, pedido este benefício por quem já recebe aquele, a compensação se impõe <i>ex vi legis</i>, independente de reconvenção (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 108.068-SP</p> | <p>25/03/86</p> |
| <p>Pensão - Companheira versus viúva - Cabimento da divisão da pensão quando ambas preenchem os requisitos legais - Tal divisão, porém, não está expressamente prevista em lei, sendo construção de equidade - Assim, não é nulo, mas apenas anulável, o ato administrativo que deferiu o benefício somente à viúva (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 63.088-MG</p> | <p>25/02/83</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|------------------|----------------|
| <p>Pensão - Prescrição - Correção monetária - Não tem sentido argüir contra o herdeiro exequente de sentença favorável ao beneficiário de pensão, prescrição de prestações - Visto que o <i>jus heredis</i> é sobre o crédito reconhecido na sentença e, não, sobre o direito à pensão - Se a sentença exequenda não deferiu correção monetária, esta incide somente por força de lei e a partir de sua vigência (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | AC 85.736-SP | 14/10/83 |
| <p>Pensão - Previdência Social - Aposentadoria - Provada pela anotação na carteira e por testemunhos a relação empregatícia, não é possível, pela simples suspeita de fraude quanto à majoração dos salários no período legal de cálculo do benefício - Recusar-se o pedido deste, mormente quando, já morto o segurado, se cogita de atender a seu dependente - Dado, porém, o costumeiro desaparecimento da firma sem recolhimento das contribuições, ressalva-se à autarquia previdenciária a faculdade de promover amplas e adequadas apurações, visando a futuros efeitos penais e civis (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | AC 103.691-SP | 25/02/86 |
| <p>Pensão - Trabalhador rural - Dependentes - Data do óbito - A Súmula 613 do STF diz que não têm direito à pensão previdenciária os dependentes do trabalhador rural se o óbito ocorreu anteriormente à vigência da Lei Complementar 11/71 (Provimento) (T2) (TFR)</p> | AC 104.037-SP | 1º/10/85 |
| <p>Pensão - Viúva recasada - Se o novo casamento não resulta melhoria na situação econômica da viúva, de modo a tornar dispensável o benefício, incorre sua extinção (Provimento) (T2) (TFR)</p> | AC 87.829-MG | 10/08/84 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|--------------------------|-----------------|
| <p>Perdão Judicial - Exercício ilegal da profissão - Efeitos - Ocorrendo a hipótese prevista na Lei das Contravenções Penais, concede-se o perdão judicial, com a extinção da punibilidade, apagando-se os efeitos da sentença, inclusive à reincidência (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | <p>ACR 7.157-BA</p> | <p>09/12/86</p> |
| <p>Previdência Social - Aposentadoria - Não constitui obstáculo à conversão da aposentadoria comum, por tempo de serviço, em especial, o fato de o segurado haver se aposentado antes da vigência da Lei 6.887/80 - Atendido os demais requisitos, é devida a aposentadoria especial, se perícia judicial constata que a atividade exercida pelo segurado é perigosa, insalubre ou penosa, mesmo não inscrita em regulamento (Súmula 198 do TFR) - A conversão da aposentadoria por tempo de serviço em atividade ordinária em especial é feita com base em multiplicador constante da legislação (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 105.571-SP</p> | <p>14/02/86</p> |
| <p>Previdência Social - Auxílio-reclusão - Pagamento concomitante com auxílio-doença - Impossibilidade - Enquanto o segurado percebe auxílio-doença, não pode ser pago auxílio-reclusão a seus dependentes - Não se trata de proibição de acumular - São benefícios que têm a mesma finalidade de manutenção do grupo familiar - É o <i>non bis in idem</i> (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 107.507-RJ</p> | <p>25/03/86</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|------------------|----------------|
| <p>Previdência Social - Despacho de mera remessa dos autos ao contador, na liquidação por cálculo, não constitui decisão interlocutória, suscetível de recurso ou preclusão - A taxa-tempo dos juros tem de variar, necessariamente, de acordo com a antigüidade de cada parcela do débito - Urge uma providência de Ordem Geral disciplinando essas execuções contra a Previdência, sobretudo maior atenção por parte dos seus Procuradores, a fim de evitar o refazimento de cálculos, com lucro para alguém - A previdência deveria utilizar a faculdade conferida pela legislação para evitar maiores prejuízos com a demora nas execuções (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | AC 83.210-RJ | 06/08/85 |
| <p>Previdência Social - Escala de salário-base - O recolhimento de contribuições em valor superior ao previsto em lei não cria, para o contribuinte, senão o direito de reaver o excesso, devidamente atualizado - Cabe ao próprio órgão previdenciário, se o quiserem seus dirigentes, estabelecer que alteração da base de contribuição dos segurados, não sujeitos a vínculo empregatício, só se faça mediante prévio exame e aprovação da competente (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | AC 102.091-SP | 29/10/85 |
| <p>Previdência Social - Filiação e inscrição - Distinção - Efeitos - Filiação é o estado decorrente do exercício de atividade prevista em lei como causadora dela - A inscrição é o ato ou processo, espontâneo ou <i>ex officio</i>, de materialização do vínculo previdenciário, gerando deveres recíprocos de contribuição, pelo segurado, e de prestação de benefício, pela instituição - A filiação após 60 anos de idade habilita somente ao pecúlio - A inscrição, permitida ou obrigatória sempre que preexistir filiação, produzirá efeito a partir de sua eficácia (Recebimento) (S1) (TFR)</p> | EAC 62.495-RS | 30/05/84 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|--------------------------|-----------------|
| <p>Previdência Social - Ressalvada a hipótese de perda da condição de segurado, o fato de estar o contribuinte em débito não prejudica sua progressão na escala de salário-base - Litigação de má-fé - Inocorrência - A pena correspondente se dirige, em princípio, à parte, não ao advogado - Assim, em se tratando de órgão público, cujas decisões resultam de complexa elaboração de vontade, exige-se do juiz redobrada cautela na aplicação da lei (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 95.317-SP</p> | <p>11/10/85</p> |
| <p>Previdência Social - Trabalhador avulso - Férias não gozadas - Cômputo da respectiva indenização para efeito de benefício previdenciário (aposentadoria) - Impossibilidade - Fraude à lei - Se, por interesse pecuniário, coonestado pelo respectivo sindicato, tais férias se convertem em simples retribuição extra, dá-se mera fraude à lei, sem outras conseqüências juridicamente amparáveis - As férias assim indenizadas não são computadas para cálculo de benefícios previdenciários (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 107.475-SP</p> | <p>25/02/86</p> |
| <p>Prisão Civil - Depositário infiel - Ação de busca e apreensão de veículo, adquirido mediante alienação fiduciária em garantia, posteriormente transformada em ação de depósito, desde que o desaparecimento do veículo não dependeu de ação ou omissão do devedor, não pode ser considerado depositário infiel e ter a prisão decretada - Recurso provido para desconstituir o decreto de prisão do recorrente (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 2.061-SP</p> | <p>05/08/92</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|------------------|----------------|
| <p>Prisão em Flagrante - Liberdade provisória - Causas justificadoras da preventiva - O paciente foi preso em flagrante, cuja legitimidade não questiona, além do que, segundo decidiu o Juízo, se acham presentes os motivos que justificariam o decreto de prisão preventiva, o que inviabiliza a concessão da liberdade provisória (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 1.605-RJ | 27/11/91 |
| <p>Prisão em Flagrante - Pessoa analfabeta - Formalidade - O auto de prisão em flagrante deve ser assinado pela autoridade competente, o escrivão, o condutor, o acusado e as testemunhas - Mas, quando se trata de analfabeto, se tomada a impressão digital, outra pessoa assina "a rogo" - A falta de assinatura de duas outras testemunhas não o contamina de nulidade, posto que, por esse modo, não ocorreu omissão de formalidade essencial do ato - Já é tempo de se progredir neste país fazendo com que a formalidade não seja mais importante do que a essência do ato (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 1.454-ES | 02/10/91 |
| <p>Prisão Preventiva - Pronúncia - A primariedade e os bons antecedentes autorizariam o relaxamento da custódia provisória não tivesse o réu, após a prática do homicídio, se evadido do local e embaraçado a ação da Justiça, além de residir em Estado diverso daquele do distrito da culpa (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 223-RJ | 13/09/89 |
| <p>Prisão Preventiva - Réu foragido - Excesso de prazo - Encerrada a instrução, não se fala em excesso de prazo - Foragido o réu, há é que se manter a prisão preventiva (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 1.495-RJ | 21/09/91 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|-------------------|----------------|
| <p>Prisão Preventiva - Réu primário e com bons antecedentes - Residência fora do distrito da culpa - Fuga - Quem é primário e ostenta bons antecedentes, de regra, tem o direito de se defender livre - Paciente que reside em outro Estado, após praticar o delito, fugiu para lugar incerto e não sabido, tentando burlar a ação de justiça - A própria denúncia aponta endereços certos da residência e local de trabalho do paciente, além de haver prova nos autos de que ainda não foi citado - Inconsistente a afirmativa de que o paciente esteja a dificultar a instrução do processo (Provimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 790-PI | 1º/10/90 |
| <p>Prisão Temporária - Decreto - Motivação - A real necessidade da prisão temporária deve ficar demonstrada no decreto judicial - Se o investigado é apontado como receptor, crime não constante da listagem legal, falta-lhe, também, requisito essencial (Provimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 1.601-RS | 05/02/92 |
| <p>Processo - Ação - Impropriedade de rito - Sua adequação - É da tradição de nosso direito que o Juiz assegure a rápida solução do litígio e a igualdade das partes, o que implica uma certa tolerância com erro não essenciais cometidos pelo advogado - Estando a inicial redigida e instruída de modo a satisfazer inclusive ao rito comum, cabe ao Juiz determinar que a parte a adapte ao que parecer mais ajustado à natureza do litígio (Provimento) (T2) (TFR)</p> | AMS 106.912-RJ | 30/08/85 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|------------------|----------------|
| <p>Processo - Prevenção - Reclamação em processo findo - Descabimento - A prevenção só se dá em causas originárias ou em incidentes e recursos abusivos à mesma demanda (RITFR - art. 15) - A prestação jurisdicional finda-se com a execução do julgado e o processo se encerra definitivamente - Qualquer fato ou situação nova, suscetível de influir na relação entre as partes, apenas pode ser examinado em nova demanda - Não cabe reclamação ao Juiz da execução - Ofensa à legislação, por se acolher reclamação em mandado de segurança definitivamente cumprido pela autoridade - Sentença anulada (Provimento) (T2) (TFR)</p> | AMS 83.260-RN | 17/04/84 |
| <p>Pronúncia - Anulação - Progressão criminosa e crime progressivo - Existe crime progressivo quando o agente, para alcançar o resultado mais grave, pratica outro de natureza menos grave, que fica absorvido por aquele - No caso, nem a progressão criminosa ocorreu, uma vez que o crime de lesão corporal grave foi consumado e, ao depois, é que o recorrente tentou matar a vítima - Portanto, dois fatos distintos realizados em momentos também diferentes (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 4.458-SP | 29/03/95 |
| <p>Pronúncia - Prisão - Fundamento - Na chamada tentativa branca de homicídio, se o réu desapareceu com a arma, a prova há de ser feita através de testemunhas, sendo inviável a prova técnica - Réu pronunciado com prisão decretada e que, expressamente, desistiu de recorrer, já condenado diversas vezes e respondendo a numerosos processos - Inclusive a crimes praticados posteriormente, não tem direito de aguardar o julgamento pelo Júri, em liberdade (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | REHC 2.547-SP | 1º/03/93 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|------------------|----------------|
| <p>Queixa-Crime - Contra Governador de Estado - Licença da Assembléia Legislativa - O pedido de autorização para processar Governador tem assento no princípio que rege a independência dos Poderes e, quando não respondido, tem o só efeito de suspender o processo e não o curso da prescrição da pretensão punitiva - Queixa apresentada por crime de difamação decorrente de publicação efetuada em jornal, sendo ordenada a expedição de ofício à Assembléia Legislativa requisitando licença para processar Governador - A renúncia do queixoso, tem a exclusiva finalidade de movimentar normalmente o processo - Tratando-se de pessoa maior de setenta anos de idade, a prescrição de dois anos fica reduzida pela metade (Extinção da punibilidade) (CE) (STJ)</p> | APN 57-RS | 27/10/94 |
| <p>Queixa-Crime - Propriedade imaterial - Violação de marca de indústria ou do comércio - O registro de marca é atributivo da propriedade, a partir de quando a reprodução ou imitação no todo ou em parte, constitui ilícito penal - Revestindo-se a conduta descrita na queixa-crime de tipicidade, em tese, não há justa causa para o trancamento da ação penal (Desprovisamento) (T5) (STJ)</p> | REHC 37-SP | 02/08/89 |
| <p>Radioamador - Licença de funcionamento - A autorização de funcionamento de qualquer serviço ou atividade de telecomunicação é poder indelegável do Estado - E a prática do radiamadorismo é autorizada em caráter pessoal e não pode estar condicionada a que o interessado se filie a uma sociedade ou associação (Desprovisamento) (T2) (TFR)</p> | AMS 97.505-RS | 27/04/84 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|------------------------|-----------------|
| <p>Reclamação Trabalhista - Abandono de emprego - Doença mental - Perícia - Dizendo o empregador que o reclamante abandonou o emprego, mas defendendo-se este, alegando e juntando atestados médicos de que estava em tratamento psiquiátrico, impõe-se a realização de perícia, em Juízo, a fim de declarar a dúvida sobre esse ponto essencial (Procedente) (T2) (TFR)</p> | <p>RO 7.285-DF</p> | <p>13/04/84</p> |
| <p>Reclamação Trabalhista - Acusação de abandono de emprego por falta de apresentação ao trabalho após cancelamento do auxílio-doença - Falta de comunicação oficial, por parte do INPS, ao empregado que, não obstante, procurou reassumir, mas foi impedido por não portar documento de apresentação - Abandono não caracterizado - Animosidade evidenciada entre dirigentes da empresa e o empregado, não justificando, porém, a substituição do vínculo pela indenização, tendo em vista tratar-se de empresa pública, onde a vontade dos dirigentes sofre os temperos da legalidade e do interesse público (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>RO 7.358-RJ</p> | <p>25/05/84</p> |
| <p>Reclamação Trabalhista - Rescisão contratual - Desinflência de promessas ou avenças anteriores ao contrato - O empregado dispensado tem direito apenas aos efeitos resultantes do pacto laboral, segundo as normas da CLT - Promessas ou mesmo pré-contratos anteriores, entabulados na fase de recrutamento ou seleção, resolvem-se no âmbito do direito privado, em processo próprio (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p>RO 4.161-CE</p> | <p>02/10/84</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|--------------------------|-----------------|
| <p>Reclamação Trabalhista - Servidor da ECT - Despedida por justa causa - Prova - Indenização - Dizendo o reclamante que a dispensa por justa causa foi imotivada, cumpre-lhe provar o fato em que assenta o seu pedido - Se deixa de fazê-lo, julga-se improcedente a Reclamação (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p>RO 7.017-SC</p> | <p>28/06/85</p> |
| <p>Recurso por Fax Message - Admissibilidade - Como e quando - Relutam os Tribunais em admitir a interposição de recurso através de fax message, ao fundamento de que o escrito desaparece com o passar dos meses - O fato, no entanto, é simplesmente resolvido com a xerocópia da mensagem, o que torna mais ágil a prestação jurisdicional e faz com que o Judiciário não se distancie da adoção dos meios eletrônicos de comunicação e informação - Originais, ainda assim, recebidos no prazo ampliado em decorrência de feriado e ponto facultativo (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | <p>AGA 15.167-PE</p> | <p>23/10/91</p> |
| <p>Responsabilidade Civil - Acidente com aeronave particular em voo de exame de piloto - Prova de que a aeronave foi utilizada, sem autorização expressa do proprietário, em voo de exame de piloto por examinador designado pelo DAC - Responde a União pelos danos por ela sofridos durante este voo (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 79.814-MG</p> | <p>16/12/83</p> |
| <p>Responsabilidade Civil - Contrato de obra - Rescisão unilateral - Devolução da caução - Caução não é crédito, mas simples garantia - Se, por culpa ou tolerância do próprio favorecido, vem ela a desaparecer, não há falar em cobrança a seu título (Provimento parcial) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 49.694-RJ</p> | <p>10/02/84</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|----------------------------|-----------------|
| <p>Responsabilidade Civil - O preso, criminoso ou não, tem sua incolumidade física sob inteira e exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica por cujos agentes é custodiado - Assim, sua inclusão em diligência por policiais federais, ainda por cima colocando-o frente a frente com os criminosos visados pela suposta colaboração que prestava à polícia, disto resultando seu assassinio, é algo que ultrapassa o terreno da simples culpa - Responde a União pela indenização - Razoável, a pensão, fixada pelo Juiz (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>REO 84.008-CE</p> | <p>16/04/85</p> |
| <p>Roubo - Consumação do crime - Tem-se como consumado o roubo, pois o agente usou de violência após ter subtraído o dinheiro da vítima - Pouca relevância tem o fato de que o réu teve a disponibilidade da coisa por pouco espaço de tempo, dada a intervenção da Polícia, atendendo solicitação do ofendido (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 116.643-SP</p> | <p>14/08/91</p> |
| <p>Sentença - Intimação - Réu e defensor - O <i>habeas corpus</i> é via própria para afastar qualquer ameaça ao direito de liberdade de locomoção - A ampla defesa e o contraditório exigem que o condenado, mesmo podendo recorrer solto, seja procurado para ser intimado <i>in faciem</i>, independentemente da intimação do defensor por ele constituído - O réu foi intimado apenas quando da audiência admonitória, motivo pelo qual não se lhe pode negar o direito de apelar, à força de que a intimação se perfizera na pessoa do defensor e a sentença teria transitado em julgado (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 626-RJ</p> | <p>06/08/90</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|--|---------------------------|-----------------|
| <p>Servidor Público Municipal - Limitação dos vencimentos à remuneração do Prefeito - Inexistência de direito adquirido ou ofensa à coisa julgada - A Constituição de 1988, mesmo considerando os vencimentos dos servidores públicos civis e militares irredutíveis, dispõe que ficam sujeitos, nos Municípios, aos valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito, devendo ser imediatamente reduzidos os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição - Não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso de qualquer título - A determinação para o pagamento do provento do recorrente, respeitado o limite da remuneração do Chefe do Executivo Municipal, princípio de moralidade administrativa, harmoniza-se com o sistema estabelecido pela Constituição de 1988 (Desconhecimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 28.720-SP</p> | <p>10/03/93</p> |
| <p>Sonegação Fiscal - Pagamento do tributo antes da propositura da ação - A extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo antes de proposta a ação penal, à invocação do disposto no art. 18 do Dec. Lei 157/67, não tem mais apoio, uma vez que o art. 98 da Lei 8.383/91 revogou todas as disposições legais pertinentes ao tema (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 4.363-SP</p> | <p>22/03/95</p> |
| <p>Suspeição de Juiz - Fundamentos - A suspeição do Juiz não tem caráter permanente, se a causa que mantinha com o mesmo objetivo de outra que lhe foi distribuída já foi extinta, sem que remanesça interesse no julgamento em favor de uma das partes (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | <p>AGA 41.787-DF</p> | <p>18/10/93</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Julg. |
|---|---------------------------|-----------------|
| <p>Trabalhador Rural - Aposentadoria - Comprovação - A atividade de trabalhador rural pode ser comprovada mediante depoimento de testemunhas, se apoiadas em algum início razoável de prova material - Inexistência de comprovação de atividade rurícola (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 40.838-SP</p> | <p>21/02/94</p> |
| <p>Tráfico de Entorpecentes - Prisão em flagrante - Liberdade provisória negada por Juiz incompetente - Nulidade - A decisão que indefere pedido de liberdade provisória deve ser fundamentada e, se proferida por Juiz incompetente, é nula (Provimento) (T5) (STJ)</p> | <p>REHC 2.121-ES</p> | <p>02/09/92</p> |
| <p>Tráfico de Entorpecentes - Regime prisional - Embora o condenado por crime de tráfico apresente características incompatíveis com o regime aberto, uma vez concedido este pelo Tribunal, após o cumprimento de mais de um terço da pena em regime fechado, não se pode cassar simplesmente o benefício, um ano depois, impondo regressão no regime sem ocorrência de qualquer das hipóteses da Lei de Execução Penal - Impossibilidade de regressão do regime prisional em causa legal (Desprovimento) (T5) (STJ)</p> | <p>RESP 59-PR</p> | <p>11/10/89</p> |